

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE FAMÍLIAS RURAIS POBRES DO TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO (SC)

Andréia Tecchio, Ademir Antonio Cazella, Lauro Mattei

RESUMO

Este artigo analisa as principais estratégias de reprodução social adotadas por famílias rurais pobres de municípios do Território Meio Oeste Contestado, localizado no oeste de Santa Catarina. O dinamismo socioeconômico dessa região, ditado por agroindústrias que têm a agricultura familiar como principal fornecedora de matéria-prima, contrasta com a persistência de um contingente expressivo de famílias rurais pobres, tanto de agricultores familiares quanto de assalariados rurais, objeto de análise neste trabalho. Observou-se a existência de estratégias de reprodução social que são comuns às duas categorias, relacionadas às condições de acesso à terra e de moradia. Afirma-se também que a compreensão das principais estratégias adotadas por essas categorias sociais é fundamental para a proposição de políticas públicas voltadas à superação da pobreza rural.

Palavras-chave: Reprodução social, pobreza, políticas públicas.

STRATEGIES OF SOCIAL REPRODUCTION OF POOR RURAL FAMILIES FROM THE TERRITORY OF MEIO OESTE CONTESTADO (SC)

ABSTRACT

This article analyses the main social reproduction strategies adopted by poor rural families from municipalities of the Territory Meio Oeste Contestado, located in west of Santa Catarina. The socio-economic dynamism of this region dictated by agroindustries that have the familiar agriculture as the principal supplier of raw material contrasts with the persistence of expressive contingent of poor rural families, such those ones of agriculturists and rural workers, which constitutes the the object of analysis in this paper. It was established the existence of common social reproduction strategies to both categories and specific conditions related to the access to land and housing. It is also argued that the understanding of the main strategies adopted by these social categories is essential for proposing public policies aimed at overcoming rural poverty.

Key words: Social reproduction, poverty, public policies.

Andréia Tecchio. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br **Ademir Antonio Cazella.** Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente vinculado ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. E-mail: acazella@cca.ufsc.br. **Lauro Mattei.** Professor associado, da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mattei@cse.ufsc.br

INTRODUÇÃO

A partir do processo de democratização do Brasil, que iniciou na década de 1980 e teve seu auge com a promulgação da Constituição Federal em 1988, tornou-se evidente uma mudança na agenda das políticas públicas direcionadas ao meio rural. A política de desenvolvimento territorial instituída a partir de 2003 no quadro das ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), representa uma inovação, por se constituir em uma ação descentralizada do Estado em parceria com organizações da sociedade civil.

Essa inovação se deu numa conjuntura nacional de orientação das ações do Estado no sentido de intervir na superação da pobreza como um compromisso político e ético prioritário. A implementação do Programa Territórios Rurais de Identidade (PTRI) tem como objetivo o atendimento das necessidades básicas da população e a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda de forma sustentável a partir de processos locais (SDT, S/A).

Essa política de desenvolvimento territorial foi, aos poucos, priorizando o tema da pobreza rural, fato que culminou com o lançamento, pelo Governo Federal, do Programa Território da Cidadania (PTC) no ano de 2008. Vinculado ao MDA e sob a coordenação da Casa Civil, esse programa visa a “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável” (DELGADO, LEITE, 2011, p. 434). Na atualidade existem

160 territórios da cidadania organizados efetivamente¹.

Na região de estudo nota-se que desde o ano de 2005 ocorreu uma articulação envolvendo diversos municípios com o propósito de constituir um Território para participar do PTRI. Assim, atores sociais de duas microrregiões (Alto Irani e Vale do Rio do Peixe) foram mobilizados por agentes da SDT/MDA no processo de criação do “Território Meio Oeste Contestado”, o qual passou a integrar também o PTC a partir do ano de 2008.

Essas microrregiões apresentam um elevado dinamismo socioeconômico decorrente da existência de agroindústrias com atuação em mercados regional, nacional e externo, que têm a agricultura familiar como principal fornecedora de matéria-prima. Mesmo assim, persiste, no seu interior, famílias rurais pobres que, ao longo da história, não conseguiram se integrar às principais cadeias produtivas agropecuárias.

Outra característica do Território é a existência de uma dinâmica rede de organizações sociais ligadas à agricultura familiar, com destaque para o sindicalismo, ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), e o Movimento dos Sem Terra (MST). Essas organizações têm uma base potencial constituída de 13.155 estabelecimentos agropecuários familiares (85%) de um total de 15.473 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). A proporção de área ocupada pelos estabelecimentos não familiares sugere uma forte concentração de terras, já que 62,5% das terras agrícolas pertencem a agricultores patronais constituída, sendo maior que a registrada no

1. Para uma contextualização histórica e análise teórico-metodológica das políticas de desenvolvimento territorial em curso no Brasil ver, dentre outros, Bonnal e Maluf (2009) e a coletânea de textos coordenada por Leite e Delgado (2011).

estado (56,2%) e um pouco abaixo da encontrada no Brasil (75,7%).

As populações específicas também são significativas no Território Meio Oeste Contestado². No estado existem 137 assentamentos da reforma agrária e 4.884 famílias assentadas, dos quais cinquenta assentamentos e 2.266 famílias, respectivamente, 36,5% e 43,6% do total, encontram-se no Território. Em relação à população indígena, 1.394 famílias e uma população de 5.383 indígenas vivem em duas Terras Indígenas (TI) localizadas em três municípios de Território, o que representa 35% do total de 3.983 famílias de indígenas existentes no estado Santa Catarina³.

O objetivo do presente artigo consiste em analisar as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado pertencentes a duas categorias sociais: agricultores familiares e assalariados rurais. A compreensão do modo como essas famílias vivem, identificando suas principais estratégias de reprodução social, é fundamental para a proposição de intervenções adequadas para a superação da pobreza. Para tanto, considerou-se como critério de pobreza o fato das famílias serem beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF).

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. A primeira discute a noção de reprodução social e sua correlação com as práticas de reciprocidade. A segunda contextualiza a região de estudo e apresenta

as principais características socioeconômicas das famílias rurais pobres do Território selecionado. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, destacando-se as estratégias comuns e distintas entre as duas categorias analíticas consideradas.

O objetivo do presente artigo consiste em analisar as estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado pertencentes a duas categorias sociais: agricultores familiares e assalariados rurais. A compreensão do modo como essas famílias vivem, identificando suas principais estratégias de reprodução social, é fundamental para a proposição de intervenções adequadas para a superação da pobreza. Para tanto, considerou-se como critério de pobreza o fato das famílias serem beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF).

Além desta introdução, o artigo está organizado em três seções. A primeira discute a noção de reprodução social e sua correlação com as práticas de reciprocidade. A segunda contextualiza a região de estudo e apresenta as principais características socioeconômicas das famílias rurais pobres do Território selecionado. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais, destacando-se as estratégias comuns e distintas entre as duas categorias analíticas consideradas.

2. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) considera como populações específicas os quilombolas, os indígenas e os assentados pela reforma agrária.

3. Dados disponibilizados pelas Superintendências Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e da Fundação Nacional do Índio de Chapecó (SC), mediante solicitação em março de 2011.

1. REPRODUÇÃO SOCIAL E O RECURSO A PRÁTICAS DE RECIPROCIDADE

O conceito de reprodução social aborda as mais variadas esferas da vida de uma família. Bourdieu e Passeron (2009) denominam de reprodução social o processo através do qual uma sociedade reproduz ou modifica a sua própria estrutura, utilizando-se de diversos mecanismos. Cáceres (1995) concebe a reprodução social como o resultado das relações sociais de produção que permitem a renovação de uma sociedade na sua totalidade, bem como de seus membros nas diversas dimensões. Isso significa que a reprodução social não faz referência somente à reprodução biológica, mas principalmente à renovação dos bens materiais de que depende a reprodução social de indivíduos ou de famílias.

No caso específico da agricultura, muitas famílias adotam estratégias típicas de sociedades camponesas⁴. Em outras palavras, um conjunto complexo de condutas e ações expressas pelos camponeses na relação com o seu entorno, natureza e sociedade, em um determinado contexto geográfico e histórico. O uso diferenciado da força de trabalho familiar é apontado por Paz (1997) como uma estratégia recorrente entre camponeses, que combinam elementos camponeses (uso da força de trabalho, tanto ativa como marginal de crianças e idosos) e capitalista (força de trabalho assalariada). Nessa direção, Quijada (2011) afirma que

as famílias rurais pobres usam a força de trabalho para o desenvolvimento de atividades no próprio estabelecimento agropecuário e fora dele.

Schneider (2006) chama a atenção para a importância da pluriatividade⁵ e dos financiamentos informais na reprodução social de famílias rurais pobres. A pluriatividade é importante na formação da renda dessas famílias e “[...] constitui-se em fator decisivo que garante ao indivíduo bens e serviços e, com isso, facultar-lhe a sua reprodução social”, pois o pagamento pelo direito de uso ou consumo de qualquer mercadoria passa, geralmente, pelo acesso aos recursos monetários (SCHNEIDER, FIALHO, 2000, p. 2). As relações de crédito no meio rural são feitas, com frequência, pela intermediação de agiotas e comerciantes locais. As regras dos juros a serem cobrados não são, na maioria das vezes, explícitas e ficam a cargo de quem empresta o dinheiro.

O acesso à terra representa outra importante estratégia de reprodução social para famílias rurais pobres. No Brasil, em 2006, mais de 20% dos estabelecimentos rurais se enquadravam nas categorias de arrendatários, parceiros, ocupantes e sem área (IBGE, 2006). Essa parcela de famílias, por não possuir terra ou o título de propriedade, fica sem acesso a diversos serviços públicos essenciais, como o crédito rural e as políticas de habitação. Para Cardoso, Flexor e Maluf (2003, p. 71), o acesso à terra representa para as famílias de agricultores as-

4. Neste estudo adota-se os cinco traços característicos das sociedades camponesas cunhados por Mendras (1976): uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos; um sistema econômico de autarcia relativa; uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

5. A pluriatividade é definida por Schneider (2006) como a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção, por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico e que se identificam como família.

sentados “[...] um instrumento essencial no aspecto econômico de sua inclusão nos mercados e da segurança alimentar de suas famílias, como um elemento de consolidação cultural”.

Outro elemento das estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres é a manutenção de um complexo sistema de atividades. Para Cazella, Bonnal, Maluf (2009, p. 58), um sistema de atividades das famílias rurais pode ser entendido “[...] como o conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas, remuneradas ou não, realizadas pelos membros das famílias rurais, destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução econômica e social da família”. Entre as principais práticas de um sistema de atividade pode-se citar o vínculo estabelecido entre a família que fica na área rural com os seus membros que migraram e que efetuam remessas de dinheiro, roupas, remédios, entre outros bens. A troca e doação de alimentos e de dias de trabalho são outros mecanismos que compõem um sistema de atividades.

A noção de sistemas de atividades está diretamente correlacionada com a teoria da reciprocidade. A organização econômica entre as pessoas sempre faz parte das suas relações sociais e são compostas por atos de trocas mercantis e não-mercantis. Entre as não-mercantis, o recurso à reciprocidade como instrumento para fortalecer os laços econômicos é recorrente. Nesse sentido, Caillé (2002) e Sabourin (2011) retomam as formulações do antropólogo Marcel Mauss e do Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) sobre a teoria da dádiva. A dádiva na sociedade moderna se fundamenta na lealdade que sustenta o ciclo estruturado composto por três momentos: dar, receber e retribuir. Dessa forma, a existência da reciprocidade reforça os vínculos sociais em oposição à suposta exclusividade das rela-

ções mercantis teoricamente desprovidas desses vínculos. A reciprocidade é, assim, a matriz das relações humanas que gera um princípio econômico diferente da troca mercantil. A teoria da reciprocidade “[...] procura outra leitura das relações econômicas e sociais, que aquela por meio unicamente do princípio da troca e, portanto, abre propostas alternativas de economia humana em matéria de desenvolvimento, a partir de outra lógica social e econômica (SABOURIN, 2011, p. 25)”.

Para esse autor, a troca mercantil e a reciprocidade constituem dois modelos teóricos correspondentes a dois princípios econômicos, que nas sociedades rurais podem coexistir e motivar complementaridade, ou tensões e contradições. A troca equivale a uma permuta de objetos e a reciprocidade é uma relação reversível entre sujeitos. As relações de troca e reciprocidade podem coexistir em sistemas mistos na maioria dos casos das sociedades contemporâneas e, em especial, no meio rural dos países do hemisfério sul.

Essa discussão está associada ao tema da multifuncionalidade da agricultura familiar. Trata-se de um debate lançado no final da década de 1990 na União Europeia, mais precisamente na França, com o propósito de romper com a visão setorial da agricultura, que concebe o meio rural apenas como produtor de bens agrícolas, ampliando o campo das funções sociais atribuídas à agricultura (CARNEIRO, MALUF, 2003). Para as condições brasileiras, esses autores destacam as funções de reprodução socioeconômica das famílias, promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural. Para Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p. 56), a multifuncionalidade “[...] se expressa

mediante a diversidade das formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agropecuários, do acesso aos recursos naturais (terra, água, florestas e outros) e das relações de trabalho”.

Segundo essa abordagem, a agricultura familiar possui outros papéis para além da produção de alimentos e de matéria-prima. A coesão social é uma dessas funções, pois essa atividade acolhe uma parcela de famílias rurais que enfrenta maiores limitações em obter sucesso em outras atividades, por falta de estudo e de qualificação profissional, além do elevado custo de vida no espaço urbano quando comparado aos do meio rural (CAZELLA, 2003). No próximo tópico pretende-se aprofundar essa análise a partir da realidade empírica do Território Meio Oeste Contestado.

2. PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS SOCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS RURAIS POBRES DO TERRITÓRIO

O Território Meio Oeste Contestado é composto por 29 municípios da mesorregião Oeste do estado de Santa Catarina (Figura 01) e por uma população de 272.042 habitantes em 2010 (IBGE, 2010). Desse total, cinco municípios foram selecionados no quadro deste estudo por concentrarem o maior número de famílias beneficiárias pelo PBF e de famílias indígenas e assentadas pela reforma agrária. A escolha das famílias entrevistada se deu a partir da lista de beneficiários do PBF e com o auxílio de agentes de saúde, gestores do PBF e da política territorial, assistentes sociais, extensionistas rurais e dirigentes do MST. A pesquisa de campo foi realizada no mês de agosto de 2011 e contemplou 21 famílias, sendo doze de agricultores familiares e nove de assalariados rurais. Por serem as responsáveis pelos recursos do PBF e mais facilmente encontradas nas residências, as esposas foram as principais informantes.

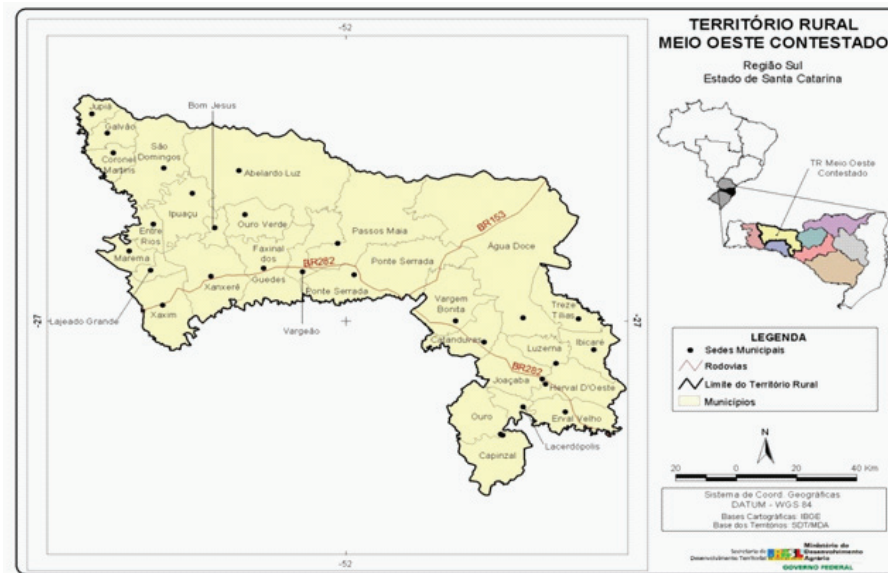


Figura 01 - Localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, do Território no estado e dos municípios no interior do Território. Fonte: SDT, 2006.

A incidência de famílias beneficiadas pelo PBF no estado é de 141.843 famílias, destas 9.575 (6,8%) encontram-se no Território (MDS, 2011). Em relação às populações específicas, das 3.983 famílias de indígenas existentes em Santa Catarina, 1.308 (32,84%) são beneficiárias do PBF. Já das 4.884 famílias assentadas pela reforma agrária no estado, apenas 579 (11,85%) recebem o Bolsa Família, o que significa que a maioria apresenta renda *per capita* acima da linha de pobreza. Entretanto, o acesso ao PBF das populações específicas do Território é elevado, pois as 729 famílias indígenas e as 300 assentadas que são beneficiadas pelo Programa representam, respectivamente, 55,7% e 51,8% do total de famílias dessas categorias atendidas no estado.

As 21 famílias rurais pobres que participaram da pesquisa se dizem descendentes de posseiros, agregados, arrendatários, indígenas e de famílias proprietárias de pouca terra. Em relação à origem étnica, a maioria das famílias se identifica como sendo brasileira ou cabocla e cinco como indígenas. Todas são originárias da região oeste de Santa Catarina e mais especificamente de municípios próximos daqueles onde residem na atualidade. O número de pessoas por família varia de três a nove e, além do casal, quase todos os demais integrantes são filhos e netos em idade escolar. A análise da estrutura etária dos casais revela que tanto as mulheres quanto os homens, com exceção de um aposentado (76 anos), têm entre 27 e 56 anos. O grau de escolaridade dos responsáveis pelas famílias é extremamente baixo. A grande maioria estudou até a quarta série e dez se declararam analfabetos, sendo quatro mulheres e seis homens.

Do total de famílias entrevistadas doze pertencem à categoria de agricultores famili-

ares, dos quais dez residem no meio rural e duas em bairros de cidades. Dentre as esposas, cinco se dedicam, principalmente, aos serviços domésticos, quatro exercem atividades também na agricultura por conta própria e três são pluriativas: duas trabalham como merendeiras e uma faz faxina para moradores urbanos. Em relação aos cônjuges, oito são agricultores monoativos e os demais são pluriativos: dois diaristas na agricultura, um motorista de ônibus escolar e outro pedreiro.

Em metade dos casos das doze famílias de agricultores, os filhos migraram para o perímetro urbano nos últimos dez anos. Entre os principais motivos foi citada a necessidade de sair de casa para poder estudar ou por terem casado. Em apenas uma situação foi mencionado se tratar de uma estratégia para ajudar financeiramente a família que permanece no meio rural. Entretanto, os filhos de duas dessas famílias retornaram para a casa dos pais.

Essas famílias têm acesso à terra de diferentes formas (Tabela 01). O principal mecanismo está associado às políticas agrárias, que beneficiou quatro famílias pela reforma agrária e uma via crédito fundiário. O arrendamento é praticado por quatro famílias: duas como única forma de acesso à terra e duas como estratégia de complementar as áreas de terras próprias. As duas famílias que acessam terras exclusivamente através de arrendamento moram em bairros e cultivam lotes situados no perímetro urbano. Uma delas mantém, também, contratos de arrendamentos com agricultores familiares próximos do local de moradia. A herança e a aquisição de terras com recursos próprios complementam o leque de diferentes formas de aceder a porções de terras para residir e cultivar. Por fim, a família indígena acessa dois sítios⁶, dos quais um tem aproximadamente 5

6. O termo sítio é utilizado pelos indígenas da TI Xapecó para designar a área de terra definida pelo cacique para que as famílias desenvolvam atividades agropecuárias. Nem todas as famílias indígenas dessa TI têm acesso a esses sítios.

ha, onde se encontra a residência e a produção de alimentos para autoconsumo, e outro 10 ha, que são arrendados para um agricultor familiar cujo estabelecimento rural se encontra no entorno da TI, de quem recebe 20% do valor da produção de soja e milho.

As áreas variam de 0,3 a 18 ha, sendo que as menores (0,3 a 7 ha) correspondem aos casos de arrendatários, beneficiário do crédito fundiário, herdeiros de terras e daqueles que adquiriam pequenas áreas com recursos próprios. As maiores áreas (15 a 18 ha) pertencem aos

Formas de obtenção da terra para cultivar			
Principal	Área (ha)	Secundária	Área (ha)
Arrendamento	0,3	-	-
Arrendamento	1,6	-	-
Assentamento	17	-	-
Assentamento	7	-	-
Assentamento	17	-	-
Assentamento	18	-	-
Compra com recursos próprios	0,6	Arrendamento	4
Compra com recursos próprios	7	-	-
Crédito fundiário	6	-	-
Herança	1,8	Arrendamento	3
Herança	1	-	-
Terra Indígena	15	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

agricultores assentados pela reforma agrária e à família indígena. Nenhuma família possui equipamentos agrícolas de tração motora para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. No entanto, os pagamentos de horas de máquina para prefeituras e vizinhos, bem como os empréstimos de vizinhos com quem mantêm diferentes relações de reciprocidade, são recorrentes. Na maioria dos casos, as retribuições pelo uso desses maquinários se dão por meio da

prestação de serviços diversos. Além disso, as famílias entrevistadas comumente tomam emprestadas pequenas somas de dinheiro de famílias com quem mantêm sistemas de atividades, sendo os pagamentos feitos, com frequência, por meio da prestação de serviço.

Todos os agricultores familiares pesquisados produzem alimentos de origem vegetal e animal para o autoconsumo. De maneira geral, a produção animal é limitada pela falta de área

para produção de pastagens e grãos. No caso dos bovinos, a restrição maior é a falta de recursos financeiros, uma vez que esses animais são vendidos para suprir necessidades financeiras. Os produtos extrativos também são relevantes para o autoconsumo, com destaque para a produção de lenha, a coleta de pinhão e de plantas medicinais. Essas famílias de agricultores não produzem alimentos para autoconsumo em quantidades suficientes, principalmente os de origem animal. Algumas mencionam sofrer restrições alimentares, com destaque para a escassez de carne e leite na dieta alimentar. No entanto, nenhuma se declarou em situação de insegurança alimentar. A troca e a doação de alimentos é prática recorrente entre esses agricultores. Uma estratégia adotada por essas famílias é a manutenção de crédito em supermercados para a aquisição de alimentos nos períodos de entressafra.

A comercialização da produção em mercados convencionais é precária. Apenas uma delas vende produtos vegetais por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outras três trocam em estabelecimentos comerciais por bens que necessitam adquirir. Já os de origem animal são comercializados por sete famílias através da venda de

bovinos para abatedouros, leite para laticínios e ovos para famílias de vizinhos. Entretanto, a maioria das famílias comercializa apenas um produto e em pequenas quantidades, o que reforça a importância das trocas de alimentos. É relevante o fato de quatro das doze famílias de agricultores não comercializaram nenhum alimento.

Em relação às nove famílias rurais que vivem de diferentes formas de assalariamento, a Tabela 02, a seguir, apresenta o local de moradia, as formas de acesso à residência e a natureza do trabalho exercido por membros dessas famílias. Cinco residem em comunidades rurais e TI, três em bairros urbanos e uma num acampamento do MST situado nas margens de uma rodovia. As três famílias assalariadas que habitam no meio rural têm casas fornecidas pelos seus empregadores.

Das três famílias que moram em bairros urbanos, uma comprou o terreno com recursos de herança recebida de familiares e a casa foi financiada pela Caixa Econômica Federal. Uma família possui casa própria em terreno ocupado e, embora resida nesse local há mais de 20 anos, não possui nenhum documento que comprove a posse do terreno. Outra família reside em uma casa alugada e, por fim, uma família mora

Tabela 02 - Local de moradia, formas de acesso à residência e natureza do trabalho dos assalariados rurais

Local de moradia	Formas de acesso à residência	Natureza do Trabalho
Estabelecimento rural do empregador	Casa do empregador	Esposo assalariado (suinocultura)
Estabelecimento rural do empregador	Casa do empregador	Esposo assalariado (bovinocultura)
Estabelecimento rural do empregador	Casa do empregador	Esposo assalariado (suinocultura)
Terra Indígena	Casa própria	Casal desempregados
Terra Indígena	Casa própria	Esposa assalariada (merendeira) e esposo cacique
Lote urbano adquirido com recursos próprios	Casa própria financiada	Esposo empreiteiro (reflorestamento)
Lote urbano ocupado	Casa própria	Esposo assalariado (erva-mate)
Lote urbano	Casa alugada	Casal de assalariados (carregamento de frangos e laticínio)
Domínio de rodovia	Barraco em acampamento do MST	Esposo diarista em atividades diversas

Fonte: Pesquisa de campo.

em um barraco num acampamento do MST.

Todas exercem atividades relacionadas ao setor agropecuário e mantêm relações de trabalho diversas. Em seis casos, um integrante, pelo menos, possui carteira de trabalho assinada: quatro, os esposos; uma, o casal; e outra, apenas a esposa trabalham como assalariada. Os que desenvolvem atividades em estabelecimentos agropecuários de forma permanente, além de local para moradia dispõem de áreas para cultivos voltados ao autoconsumo. Entre esses empregadores encontram-se um político que possui diversos estabelecimentos agropecuários no município, um proprietário de uma loja de roupas de um município vizinho e um agricultor familiar bem estruturado financeiramente, mas que reside na cidade do município.

Uma família indígena encontrava-se sem ingresso de renda no período da entrevista. Em outra família indígena, o cônjuge é cacique e não recebe remuneração para o exercício dessa função, mas sua esposa trabalha como merendeira na escola da TI. Um empreiteiro trabalha em reflorestamentos de *Pinus* e atua com mais quatro pessoas que contrata informalmente. Ele e sua equipe prestam serviços para uma empresa que executa atividades de plantio, tratos culturais diversos, desgalhe e corte em áreas de reflorestamento.

As condições de trabalho oferecidas pela indústria de erva-mate em que trabalha um integrante de uma família entrevistada são apontadas como precárias, embora tenha havido melhorias após algumas ações de fiscalização do Ministério do Trabalho. Segundo a esposa desse trabalhador, os cortadores de erva-mate ficam entre 20 e 30 dias nas matas sem retornar para casa e, embora possuam registro na carteira de trabalho, a remuneração é feita por dia de trabalho. Dessa forma, nos meses com

maior incidência de chuvas ou de entressafas do corte de erva recebem valores menores que o salário mínimo.

Outro tipo de emprego formal ofertado na região é o carregamento de frangos efetuados por empresas terceirizadas pelas agroindústrias. Uma entrevistada relata que a empresa, além de fornecer alimentação e transporte de baixa qualidade aos empregados, os submete a longas jornadas de trabalho e em turnos diversos, com várias horas de deslocamento entre municípios da região. Essa trabalhadora diz estar temporariamente nessa atividade e aponta a baixa escolaridade como o principal fator que dificulta o exercício de outra ocupação. O seu cônjuge é empregado de um laticínio da região que disponibiliza transporte e alimentação, segundo ela, de melhor qualidade. Por fim, o cônjuge da família acampada exerce atividades esporádicas como diarista para agricultores familiares e fazendeiros das comunidades rurais próximas do acampamento onde reside há quatro meses. Sua condição é de extrema vulnerabilidade, pois o trabalho sazonal se concentra na época de colheita.

As três famílias que residem em bairros e a que se encontra acampada no domínio de uma rodovia não produzem alimentos para o autoconsumo por falta de terras. As outras cinco famílias produzem alguns alimentos, em especial as três famílias que trabalham em estabelecimentos agropecuários integrados com agroindústrias. Nesses casos, as hortas são em parceria com a família do empregador, que fornece as mudas, cabendo às famílias assalariadas os tratos culturais. Uma dessas famílias faz a produção de alimentos de origem vegetal também junto a familiares, que moram próximos do local onde trabalha.

A autonomia no processo de produção

de alimentos de origem animal é mais restrita, sendo que as famílias de assalariados rurais produzem basicamente galinhas e porcos. Do total de nove famílias entrevistadas, apenas quatro têm algum tipo de criação animal. A lenha é utilizada por oito das nove famílias entrevistadas, sendo que seis se abastecem com recursos existentes nos locais onde prestam serviço. Nenhuma dessas famílias comercializa produtos agropecuários.

Essas famílias sofrem as mesmas restrições alimentares dos agricultores familiares, com a ressalva de que a família acampada e uma indígena não se encontravam em situação de insegurança alimentar porque recebem cestas de alimentos de instituições públicas. A estratégia de manutenção de crédito em supermercados para adquirir alimentos nos períodos em que as famílias ficam desempregadas também é praticada pelos assalariados rurais. Em função da pouca produção de alimentos, a troca e a doação é menos importante que o verificado na categoria anterior. As famílias de assalariados rurais mantêm sistemas de reciprocidade com as famílias empregadoras, vizinhos e parentes. As práticas se configuram, além da já citada troca e doação de alimentos, no cuidado momentâneo dos filhos e empréstimo de dinheiro.

Quanto às políticas públicas que beneficiam as famílias rurais pobres, o recebimento do Bolsa Família é a política social considerada mais relevante pelo conjunto das famílias entrevistadas, mas todas são também beneficiadas pela maior parte das políticas universais do Governo Federal da área social que integram o PTC. Já as políticas de inserção produtiva beneficiam apenas os agricultores familiares que possuem terra.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu observar que as famílias rurais pobres presentes no Território Meio Oeste Contestado adotam diferentes estratégias para assegurar sua reprodução social. Dentre as famílias dos agricultores familiares nota-se que a principal estratégia diz respeito ao acesso à terra mesmo que de forma precária, pois permite uma maior autonomia tanto para a exploração agropecuária quanto para o exercício de outras atividades não necessariamente remuneradas. Desta forma, a posse da terra possibilita que outras estratégias sejam utilizadas, como, por exemplo, o exercício de trabalhos sazonais remunerados, com destaque para atividades de baixa qualificação na condição de diarista na agricultura e faxina em residências urbanas, caso específico das mulheres. Além disso, verificou-se que essa categoria também possui maior autonomia para a produção, comercialização, troca e doação de alimentos.

Já no caso das famílias assalariadas rurais, a venda da força de trabalho é a principal estratégia de reprodução social, uma vez que é dessa relação social que provém a principal fonte de renda monetária. Nessa condição, chama atenção que muitos membros dessas famílias trabalham em condições precárias, sendo frequentes os períodos em que permanecem desocupados e/ou exercem trabalho sazonal na informalidade.

De um modo geral, observou-se que duas estratégias de reprodução social estão presentes entre as categorias consideradas na análise. Por um lado, destacam-se a produção de alimentos para o autoconsumo e a extração de produtos vegetais. Entretanto, quanto menor a área cultivada, mais restrita é a diversidade e a quantidade de produção para o autocon-

sumo. Por outro lado, as famílias rurais pobres obtêm crédito nos supermercados para adquirir alimentos, principalmente nos períodos em que se encontram inativos e sem remuneração. Essa estratégia é facilitada pelo fato da maioria das famílias residir no mesmo município há muitos anos e conhecer os proprietários de estabelecimentos comerciais, além de contar com os benefícios do PBF.

Além disso, observou-se que todas as famílias entrevistadas mantêm vínculos com agricultores melhores estruturados, sendo eles fazendeiros, vizinhos, familiares ou empregadores, com os quais estabelecem uma complexa relação de reciprocidade. Essa relação baseia-se na prestação de serviços, troca de dias de trabalho por serviços de máquinas e equipamentos, concessões de áreas para cultivo em parceria, arrendamentos, troca e doação de alimentos, cuidado momentâneo dos filhos e empréstimo de dinheiro. Na verdade, trata-se de relações de troca não-mercantis que asseguram a sobrevivência dessas famílias.

A maioria das famílias demonstrou estar satisfeita com o fato de alguns dos seus integrantes possuírem renda sem depender do trabalho desempenhado pela família. Essa prática se configura como uma estratégia de reprodução social visto que quando um filho sai de casa, deixa de depender da família. Durante a pesquisa de campo, observou-se que os filhos de duas famílias entrevistadas voltaram para o meio rural por não terem conseguido permanecer no meio urbano.

Registre-se que outro elemento determinante nas estratégias atuais de reprodução social das famílias analisadas é o fato de contarem com os benefícios das políticas sociais, especialmente dos programas de transferência de renda, os quais garantem a essas famílias rurais

pobres uma melhor condição de vida. Todavia, ressalta-se que tais políticas não são suficientes para retirar essas famílias da condição de pobreza em que se encontram.

É nesse contexto que o conhecimento das principais estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais pobres pode ser útil e auxiliar na elaboração ou a reformulação de políticas públicas capazes de fazer com que essas estratégias sejam ou superadas, quando se tratar de situações de exploração social, ou reforçadas, quando representarem formas inéditas de mecanismos de superação da pobreza rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. In: _____ (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2004.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. In: CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 71-110.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairrão. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CÁCERES, D. *Estrategias campesinas em sociedades rurales contemporáneas*. In: *Revista da La Facultad de Agronomía*, v 15, n. 1. Buenos Aires, p. 67-72. 1995.

CAILLÉ, A. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDOSO, J. H.; FLEXOR, J.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 60-73.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Introdução. In: _____ (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 17-26.

CAZELLA, A. A. Multifuncionalidade agrícola: retórica ou trunfo para o desenvolvimento rural? In: CASTILHOS, M. L.; RAMOS, J. M. (Ed.). *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*. Francisco Beltrão: Calgan Editora Gráfica Ltda., 2003, 166 p.

CAZELLA, A. A., BONNAL, P., MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: _____ (Org.). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 47-70.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2006. 2006.

_____. Censo Demográfico 2010. 2010.

LEITE, S. P.; DELGADO, N. G. (Coord.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, v. 14, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único. 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWVZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL3NlbmFyYw==&loc=mdsSenarc>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

MENDRAS, H. *Sociétés paysannes*. Paris: Colin, 1976. 236 p.

PAZ, R. *Pobreza rural, campesino y medio ambiente: su análisis en un contexto globalizado*. In: *Realidad Económica*, n. 152. Buenos Aires: 1997. p. 74-94.

QUIJADA, A. B. Las complementarias vías para superar la pobreza rural. In: *Revista Rural Latinoamericana* Equitierra, n. 9, jun. 2011.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. In: *Sociologias*, 2011, v. 13, n. 27, p. 24-51. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222011000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 fev. 2012.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade no Brasil*. Proposta de tipologia e sugestão de políticas. Anais do XLIV Congresso da Sober, Fortaleza, 2006.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. In: *Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/376.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado* (versão preliminar). Xanxerê, 2006.

_____. *Territórios Rurais: sobre o programa*, (S/A). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>>. Acesso em: 08 fev. 2011.